

RELATÓRIO SUCUPIRA - 2018

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas **(PPGD/UFPel)**

Por Profa. Dra. Márcia Rodrigues Bertoldi

1) HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD-UFPel), aprovado pela CAPES em janeiro de 2017, está completando, em maio de 2019, o seu 2º ano de funcionamento. Assim, passa-se a relatar o desenvolvido nesse período no ano de 2018.

1.1) Histórico da Faculdade de Direito, do Programa e Contextualização Regional

No ano de 2018, a Faculdade de Direito da UFPel completa 106 anos e o PPGD inicia seus trabalhos após a aprovação do Projeto de Mestrado pela CAPES, em janeiro deste ano. Na cidade de Pelotas (RS), existem três cursos de Graduação em Direito, um em instituição federal (UFPel) e outros dois em instituições particulares (UCPel e Anhanguera). Além disso, existem outros quatro em cidades próximas: dois no município de Rio Grande, sendo um em instituição pública (FURG) e outro em privada (Anhanguera); e outros dois em Bagé, cidade próxima, em instituições particulares (URCAMP e IDEAU). Anualmente, são formados mais de 500 bacharéis em Direito por ano na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Destes, aproximadamente, 120 na Faculdade de Direito-UFPel.

Até o ano da aprovação do PPGD/UFPel, em 2017, a cidade de Pelotas não contava com programas de pós-graduação em Direito, o que fazia desta uma antiga demanda da comunidade. Nesta perspectiva, a UFPel e a cidade de Pelotas possuem um conjunto de características que as tornam uma possibilidade viável, na zona sul do estado do RS, para consolidar o PPGD/UFPEL na região e promover desenvolvimento naquilo que se compromete. Vale referir que a UFPel consta entre as 05 universidades federais existentes no Rio Grande do Sul (UFRGS, UFPel, FURG, UFSM e a UNIPAMPA).

A pós-graduação da UFPel está consolidada e tem 47 programas, sendo 42 acadêmicos e 05 profissionais. Destes, 30 têm doutorado.

O município de Pelotas tem uma população de aproximadamente 341.648 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018. É a quarta cidade mais populosa do Estado e polariza vinte e três municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul, atingindo mais de 900 mil habitantes. Cerca de 92% da população total reside na zona urbana. Pelotas está localizada a 261 quilômetros de Porto Alegre - Capital do Estado - sendo um importante polo educacional, cultural, administrativo e de prestação de serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Conta com mais de quarenta repartições públicas (municipais, estaduais e federais), muitas delas vinculadas ao Poder Judiciário e Executivo.

A conclusão do Doutorado de diversos professores que já compunham o corpo docente do curso, somado ao ingresso de vários doutores à Faculdade de Direito, sobretudo a partir do ano de 2009, viabilizou a formação do Grupo de Iniciação à Pesquisa (GIP/site: wp.ufpel.edu.br/gip) em 2010. Com isso, foi proporcionada a consolidação de um ambiente institucional de pesquisa e, conseqüentemente, o avanço na produção científica dos docentes e discentes da Faculdade de Direito da UFPel. Considera-se que o GIP é o embrião da proposta de Mestrado em Direito da UFPel aprovada em 2017.

Deste modo, o PPGD/UFPel representa a continuidade de um trabalho realizado por mais de um século em termos de graduação, reconhecida nacionalmente. Importante registrar que a Faculdade de Direito foi a primeira do Rio Grande do Sul a ter professoras mulheres em seu corpo docente: Rosah Russomano, Heloisa Assumpção Nascimento e outras. Posteriormente, Gilda Russomano, quando ascendeu à direção, foi a primeira mulher no Brasil a dirigir uma faculdade de Direito em âmbito federal. Vale referir também que Rosah Russomano, antiga professora de Direito Constitucional desta Faculdade, integrou a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, sendo encarregada de elaborar o Anteprojeto Constitucional para a Constituição brasileira de 1988.

Também foi pelas mãos de três mulheres, as Professoras Doutoradas Márcia Bertoldi, Silvana Henkes (redistribuída para a UFU) e Renata Albernaz (redistribuída para a UFRGS) que o Projeto de Mestrado em Direito da UFPel foi enviado à CAPES em 2014, não obtendo aprovação. Posteriormente, em 2016, depois de dois longos anos de trabalho do corpo docente no aperfeiçoamento do referido Projeto, este foi encaminhado para nova avaliação, que, por sua vez, resultou em aprovação. A coordenação deste Projeto também ficou sob a responsabilidade de uma mulher, a Profa. Dra. Márcia Bertoldi.

O PPGD/UFPel é um curso novo, ainda em processo de consolidação. Assim, conta com uma área de concentração (Direitos Sociais) e duas linhas de pesquisa (Estado e Constituição e Direito e Vulnerabilidade Social), dentro das quais anualmente ingressam 20 discentes. Ao total, no ano de 2018 o PPGD soma 40 alunos aproximadamente. Para estruturar as pesquisas dos docentes e discentes, o Programa alberga dois Grupos de pesquisa, o Núcleo de Pesquisa Estado, Justiça e Direitos Sociais (NUPEJUS) e o Núcleo de Pesquisa em Direitos Sociais e Vulnerabilidade Social (NUPEDIV). Esses Núcleos, por sua vez, compreendem os projetos individuais de cada professor, aos quais os discentes deverão se filiar para a pesquisa de dissertação de mestrado.

1.2) Contextualização do corpo docente:

O Corpo docente, durante o ano de 2018, contou com 12 professores permanentes e 04 professores colaboradores. Dentre os 12 professores permanentes, 10 possuem doutorado em Direito, 01 em Sociologia e 01 em Educação. Dos 04 professores colaboradores, 03 possuem doutorado em Direito e 01 em Sociologia.

No entanto, salienta-se que no início do ano de 2018, ingressaram, como docentes permanentes, a Profa. Dra. Karinne Emanuela Goettems dos Santos e a Profa. Dra. Ana Clara Corrêa Henning, ambas doutoras em Direito, após cumprirem com os requisitos de credenciamento dispostos no Regimento Interno do PPGD/UFPEL (além de outros critérios, ter no quadriênio: 04 publicações em Revista A1, A2, B1 ou B2 no Qualis de Direito da Capes; e, cumulativamente: ao longo do quadriênio, ao menos 01 título em

livro ou 01 capítulo de livro ou 01 trabalho completo em anais de evento). Nessa perspectiva a Coordenação do Programa esteve à frente na promoção da renovação do quadro de professores.

Também, cabe informar o descredenciamento de três professores permanentes, o Prof. Dr. Marcos Caprio Fonseca Soares, o Prof. Silney Alves Tadeu e a Profa. Dra. Fernanda Bestetti de Vasconcellos. O Prof. Dr. Silney Alves Tadeu aposentou-se em março de 2018. A Profa. Dra. Fernanda Bestetti foi redistribuída para a UFRGS em dezembro de 2018. E o Prof. Dr. Marcos Caprio Fonseca Soares solicitou descredenciamento em março de 2018 em razão de não estar de acordo com as normas da CAPES, especialmente as relacionadas à produção intelectual e técnica. Um dos orientandos deste Professor, Nicolai Bezerra Frio, solicitou sua permanência na orientação, o que foi atendido tanto pelo Colegiado, como pelo Professor, que foi considerado colaborador até a defesa da dissertação, em maio de 2019. A outra orientanda, Ana Carla de Oliveira Bringunte solicitou troca de orientação e, igualmente, foi atendida, tanto pelo Colegiado, como pelos envolvidos. Nesse sentido, a orientação transferiu-se para a Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning e a co-orientação para a Profa. Dra. Karinne Emanoela Goettens dos Santos. No referente à Profa. Dra. Fernanda Bestetti, as orientações foram transferidas, em razão das temáticas e à pedido das discentes, com a concordância do Colegiado, para a Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning. O quadro de professores colaboradores também se modificou. O Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, por questões de ordem pessoal, solicitou descredenciamento.

Por outro lado, o PPGD/UFPEL recebeu uma vaga de professor visitante e, após realizar seleção em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPel, passou a contar com a participação da Profa. Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, Doutora em Direito. Esta, desde 5 de setembro de 2018, compõe o grupo como Professora Permanente, posição que ocupará até a finalização desta quadrienal, quando passará a colaboradora. A decisão da condição de professora permanente foi do Colegiado do Programa, conforme orientação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPel

Assim, pese os descredenciamentos por questões de aposentadoria e redistribuição, o corpo docente manteve-se com 12 professores permanentes e 02 colaboradores até o final do ano, cumprindo com a política de renovação e fixação de professores.

Por fim, registra-se que dois professores estiveram afastados para estágio de pós-doutoramento, sendo eles: o Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida, que durante todo o ano de 2018 (até 28.02.2019), frequentou a Universidade de Barcelona; e o Prof. Dr. Marcelo Nunes Apolinário, afastado apenas no mês de maio, quando frequentou Universidade Autônoma de Madrid (optou por não pedir afastamento em tempo integral). Com isso, o PPGD conseguiu colocar em prática a política de formação continuada dos seus docentes.

1.3) Atuação do corpo docente:

Ao longo dos primeiros 12 meses de atividade foram ofertadas 13 disciplinas, sendo 02 obrigatórias, além do estágio docente. As disciplinas optativas ofertadas foram: 1) Acessibilidade na Educação Superior; 2) Constituição e Estado social; 3) Consumo e Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea; 4) Inclusão, Diálogo Social e Trabalho; 5) Solidariedade e Efetivação dos Direitos Sociais; 6) A Construção da Dignidade

Humana a partir dos Direitos Sociais; 7) Políticas Públicas, Diversidade e Vulnerabilidade; 8) Tutela Coletiva dos Direitos Sociais; 9) Constituição e Estado Social; 10) Constitucionalismos e Democracia; 11) Estudos Foucaultianos e Decolonialidade: construções jurídicas por meio de jogos de poder e de saber (esta é a disciplina da Profa. Ana Clara Corrêa Henning, que se cadastrou ao Programa neste ano). As disciplinas obrigatórias ofertadas foram: 1) Metodologia da Pesquisa Jurídica; e 2) Teoria dos Direitos Fundamentais.

O Prof. Bruno Rotta Almeida não ofertou disciplinas posto que afastado para pós-doutoramento.

Também, o colaborador Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz ministrou um minicurso, nos dias 22 e 23 de novembro, intitulado “Reflexões sobre vigilância e visibilidade na sociedade de classificação”. Por sua vez, o Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo ministrou a aula intitulada “Sociologia da violência e Políticas Públicas de Segurança”.

Importante ressaltar que a Professora Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, realizou, no período de outubro a novembro, orientações individuais aos alunos das duas turmas (2017 e 2018) sobre seus projetos de qualificação, bem como sobre a estrutura do desenvolvimento das Dissertações em andamento, o que foi uma excelente estratégia de formação para uma pesquisa qualificada. A referida docente, durante sua atuação de mais de 30 anos na IES de origem - PPGD/UFSC-, ministrou dentre outras disciplinas para Programa de Mestrado e Doutorado, especificamente a disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica e Orientações Metodológicas para o Projeto de Tese.

Destaca-se que no ano de 2018 foram criadas duas disciplinas a fim de preencher algumas lacunas identificadas pelo Colegiado do Programa: “A Construção da Dignidade Humana a partir dos Direitos Sociais” e “Jurisdição Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Tutela dos Direitos Fundamentais Sociais”. Ademais, outras três disciplinas também foram implantadas, referentes ao credenciamento das duas professoras permanentes (Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning e Profa. Dra. Karinne Emanuela Goettems dos Santos) e da professora visitante (Profa. Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira). Foram elas, respectivamente: 1) “Estudos Foucaultianos e Decolonialidade: construções jurídicas por meio de jogos de poder e de saber”; 2) “Acesso à Justiça e Democracia”; e 3) “Cidadania e Gênero: perspectiva das mulheres no mundo do trabalho”. Vale referir que somente a primeira delas foi ministrada em 2018, sendo que as demais o serão em 2019.

Cabe informar que, no curso de Graduação em Direito, a maioria do corpo docente ministrou ao menos duas disciplinas durante o ano de 2018.

Igualmente, todos os docentes vinculados ao PPGD/UFPEL mantêm um projeto de pesquisa em andamento, albergados nos 2 projetos que imprimem as pesquisas das 2 linhas de pesquisa: o Núcleo de Pesquisa Estado, Justiça e Direito Sociais (NUPEJUS) e o Núcleo de Pesquisa em Direitos Sociais e Vulnerabilidade Social (NUPEDIV). Sobre o número de orientandos por docente, temos o seguinte número de orientações: 3 professores possuem um orientando e 8 professores possuem 2 orientandos. A Professora Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, desde outubro de 2018, conta com 1 co-orientação no PPGD/UFPEL.

Em relação à atuação externa em 2018, registra-se a participação dos professores permanentes em 16 Bancas junto a outros PPGs: 2 Bancas (Mestrado) no PPG-Ciência Política da UFPel; 1 Banca (Mestrado) no PPG-Política Social e Direitos Humanos da UCPel; 1 Banca (Mestrado) no PPG-Ciências Criminais (PUCRS); 2 Bancas (Mestrado) PPG-Direito da FURG; 1 Banca (Doutorado) no PPG-Memória e Patrimônio da UFPel com a participação de 2 professores do PPGD/UFPEL; 1 Banca (Doutorado) no PPG-Política Social e Direitos Humanos da UCPel; 1 Banca (Doutorado) no PPG-Educação da UFPel; 1 Banca (Doutorado) no PPG-Sociologia (UFRGS); 1 Banca (Qualificação de Doutorado) no PPG-Educação da UFPel; 2 bancas (Qualificação de Doutorado) no PPG-Política Social e Direitos Humanos da UCPel; 1 Banca (Qualificação de Doutorado) no PPG-Memória e Patrimônio da UFPel; 2 Bancas (Mestrado) e 1 Banca (Qualificação de Mestrado) no PPG-Gestão da UFSM; 1 Banca (Tese) no PPG-Educação da UFSM. A Professora Visitante também participou das seguintes Bancas no PPGD da UFSC em novembro de 2018: 1 Banca (Mestrado) e 1 Banca (Qualificação de Doutorado).

Como pareceristas *ad hoc* para periódicos, os membros do corpo docente atuaram em 35 revistas de importância para a área do Direito: 1) Espaço Jurídico (*e-ISSN*: 2179-7943); 2) Revista de Direito do Consumidor (ISSN: 1415-7705); 3) Revista da Defensoria Pública da União (ISSN: 1984-0322); 4) Sociedade em Debate (ISSN: 2317-0204); 5) Revista Direito & Inovação: do Curso de Direito da URI/Frederico Westphalen (ISSN: 2318-2911); 6) Revista Brasileira de Políticas Públicas (ISSN: 2179-8338); 7) Revista Teoria & Sociedade (ISSN: 1518-4471); 8) Revista Videre (ISSN: 2177-7837); 9) Pensar – Revista de Ciências Jurídicas (ISSN: 2317-2150); 10) Revista Direito sem Fronteiras (ISSN: 2527-1563); 11) Revista Jurídica da Fadisma (ISSN: 1982-1034); 12) Revista de Estudos Empíricos em Direito (ISSN: 2319-0817); 13) Quaestio Juris (ISSN: 1807-8389); 14) Revista Pedagogía Universitária y Didáctica del Derecho (ISSN: 0719-5885); 15) Revista REDES – Direito e Sociedade (ISSN: 2318-8081); 16) Revista Educação (ISSN: 1984-6444); 17) Revista da Faculdade de Direito da UFRGS (ISSN: 0104-6594); 18) Revista Jurídica Cesumar (Mestrado) (ISSN: 1677-6402); 19) Revista Scientia Iuris UEL (ISSN: 1415-6490); 20) Revista da Faculdade de Direito da UFG (ISSN: 0101-0718); 21) Revista da Faculdade Mineira de Direito PUCMG (ISSN: 2318-7999); 22) Direito e Justiça: reflexões socio jurídicas (ISSN: 1676-8558); 23) Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano (ISSN: 2595-9689); 24) Revista Sul-Americana de Ciência Política (ISSN: 2317-5338); 25) E-Legis – Revista Eletrônica do programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados (ISSN: 2175-0688); 26) Revista Juris FURG ISSN: 1413-3571; 27) Revista da Faculdade de Direito da UFRGS (ISSN: 0104-6594); 28) Revista Quaestio Juris (ISSN: 1516-0351); 29) Revista Sociologia Jurídica (ISSN: 1809-2721); 30) Revista de Estudos Empíricos em Direito (ISSN: 2319-0817); 31) Revista Sociedade em Debate (ISSN: 2317-0204); 32) Revista Direito & Inovação do Curso de Direito (ISSN: 2318-2911); 33) Revista Direito sem Fronteiras (ISSN: 2527-1555); 34) Revista Crítica Penal y Poder (ISSN: 2014-3753); 35) Civitas – Revista de Ciências Sociais (ISSN: 1519-6089). Ademais, os professores realizaram pareceres em todos os eventos do CONPEDI.

Em 2018, considerando-se o Qualis da área, foram publicados 05 artigos em periódicos A1, 03 em periódicos A2, 08 em periódicos B1, 01 em periódico B2, 01 em periódico B5, 02 em periódicos NP, totalizando 20 artigos científicos. Compreende-se a baixa publicação, pois este é o segundo ano do Programa e da ambientação de seu corpo docente e discente aos critérios da Capes para produção científica.

Ressalta-se a participação dos alunos e professores do PPGD/UFPel no XXVII Congresso Nacional do CONPEDI Porto Alegre, em novembro de 2018, financiados pelo PROAP. Nesse sentido, foram apresentados 23 trabalhos. Destes, 02 foram selecionados para compor as Revistas/Periódicos do Congresso.

1.4) Grupos de Pesquisa:

Conforme relatado, o PPGD/UFPel conta com dois grandes Grupos de Pesquisa que encerram os projetos individuais dos docentes – ambos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ – o NUPEJUS, vinculado à Linha de Pesquisa Estado e Constituição e o NUPEDIV, vinculado à Linha de Pesquisa Direito e Vulnerabilidade Social. Estes Núcleos de pesquisa incluem os projetos dos docentes e discentes, com a participação de alunos de Iniciação Científica, na expectativa de dar organicidade à necessária estrutura de pesquisa conforme área, linhas e disciplinas de um Programa.

O Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida é o único docente que integra as duas linhas de Pesquisa, posto que possui adesão e produção técnica e científica a ambas as linhas, lecionando a disciplina de Estado, Punição e Controle na Linha 1, em aderência ao projeto de pesquisa: “Modelos e mecanismos de superação da prisão a partir da sociedade civil: experiências europeias e latino-americanas”, e a disciplina Política, Penalidade e Exclusão Social na Linha 2, em aderência ao projeto de pesquisa: “Cárcere e vulnerabilidade social”. Justifica-se a existência de dois projetos de pesquisa a fim de possibilitar um aprofundamento científico nas duas disciplinas sob a responsabilidade do Docente. O projeto de pesquisa “Modelos e mecanismos de superação da prisão a partir da sociedade civil: experiências europeias e latino-americanas” contribui para a construção do plano de ensino e do referencial teórico da disciplina Estado, Punição e Controle. Já o projeto de pesquisa “Cárcere e vulnerabilidade social” fornece elementos teóricos para a disciplina Política, Penalidade e Exclusão Social. Ambos os projetos colaboram com a produção acadêmico-científico do docente e dos discentes envolvidos no período.

Em 2018, o NUPEJUS agrupou 6 docentes permanentes, 1 colaborador, 8 mestrandos do PPGD/UFPel e 11 bolsistas de Iniciação Científica. Neste ano o NUPEJUS desenvolveu os seguintes projetos de docentes: 1) A solidariedade como elemento de construção e efetivação dos direitos sociais; 2) Estado, constituição e direitos fundamentais; 3) Tutela jurisdicional coletiva como instrumento de efetivação dos direitos sociais; 4) Acesso à justiça no século XXI – O tratamento dos conflitos na contemporaneidade; 5) Modelos e mecanismos de superação da prisão a partir da sociedade civil: experiências europeias e latino-americanas; 6) Estudo histórico-sistemático do constitucionalismo atual: doutrina da crise do Estado, constitucionalismo e constitucionalismos; 7) A solidariedade na Constituição Federal de 1988: natureza e efetividade da norma do Art. 3º, I; 8) Experiências e boas práticas de combate e prevenção à violência institucional em ambientes prisionais.

Cabe salientar, também, os projetos que estão sendo desenvolvidos no PPGD/UFPel em termos de Dissertação de Mestrado vinculados ao NUPEJUS no ano de 2018: 1) O Novo Regime Fiscal, o princípio da proibição de retrocesso e o direito fundamental social à educação no âmbito da União Federal; 2) A ação civil pública como instrumento colaborativo de efetivação do direito à saúde; 3) Perspectivas de acesso à justiça de grupos

vulneráveis submetidos a cuidados paliativos; 4) Internação compulsória de usuários de drogas em situação de extrema drogadição: uma análise das condições de vulnerabilidade que ensejam o tratamento forçado; 5) O acesso ao direito à moradia digna e adequada no escopo da constituição dirigente: obstáculos para exigibilidade; 6) A solidariedade federativa e o direito à saúde; 7) Teoria da decisão judicial e desaposentação: implicações teóricas da decisão judicial a partir do estudo de caso dos posicionamentos do STJ e do STF.

O Núcleo de Pesquisa em Direitos Sociais e Vulnerabilidade Social (NUPEDIV) agrupou 6 docentes permanentes, 3 colaboradores, 11 mestrados e 10 bolsistas de Iniciação Científica. Neste ano o NUPEDIV desenvolveu os seguintes projetos de docentes: 1) Acessibilidade na educação superior: regulação e emancipação; 2) Consumo e vulnerabilidade: a proteção jurídica dos consumidores na sociedade contemporânea; 3) Entre práticas retributivas e restaurativas: a lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário; 4) Direito socioambiental na América Latina; 5) Mercado de trabalho, inovações tecnológicas e inclusão social: o cenário do tele-trabalho; 6) Cárcere e vulnerabilidade social; 7) Cárcere e vulnerabilidade social; 8) Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão inventar: arte e construção do conhecimento jurídico; 9) Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão Imagens da Justiça: igualdade, liberdade e diferença na América Latina.

Os dois últimos são projetos desenvolvidos pela Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning, justificando-se ambos os projetos na medida em que o Grupo Inventar abrange, dentre outras atividades, o Imagens da Justiça: igualdade, liberdade e diferença na América Latina. Ambos, da mesma forma, realizam pesquisas empíricas conectando arte, eficácia jurídica e vulnerabilidade social, na perspectiva dos direitos sociais, voltando-se, ao final das investigações, à democratização do conhecimento jurídico com a comunidade. Nesse sentido, o último projeto irá realizar, juntamente com os PPGs e cursos de Museologia e Educação/UFPel uma mostra de artefatos pedagógico-jurídicos direcionada para a rede de ensino público de Pelotas e região.

Cabe salientar os projetos que estão sendo desenvolvidos no PPGD/UFPel em termos de Dissertação de Mestrado vinculados ao NUPEDIV no ano de 2018: 1) Consumo e vulnerabilidade: reconhecimento da população idosa pelotense sobre publicidade abusiva enquanto grupo hipervulnerável diante da oferta de crédito consignado; 2) A proteção jurídica internacional dos refugiados ambientais: o caso dos Haitianos na cidade de Pelotas; 3) Escolas de Samba Paraíso do Tuiuti e Império da Baixada: crítica social, educação e decolonialidade nos respectivos desfiles de 2018 e 2019 e em suas comunidades; 4) O direito ao desenvolvimento sustentável e o ecofeminismo no labor das redeiras da cidade de Pelotas/RS; 5) Trabalho feminino no contexto do cárcere: O trabalho das mulheres nos presídios de Pelotas e Rio Grande; 6) Femicídio e justiça criminal: a criminalização de condutas e o papel dos atores do sistema penal para o (não) reconhecimento e efetivação de direitos a partir da perspectiva de gênero; 7) Política de cotas à pessoa com deficiência na Educação Superior: entre avanços e retrocessos; 8) Tempos flexíveis e teletrabalho: realidades laborais de trabalhadores *homeoffice* à luz dos direitos fundamentais; 9) Processos de exclusão dos apenados e não-educação: a Criminologia da Libertação aplicada ao contexto penal brasileiro; 10) (in)Visibilidades e punitividade racial: desumanização e práticas de desnaturalização do negro no Brasil, 11) A violação de privacidade dos consumidores no contexto da internet das coisas.

Destaca-se que os Núcleos (NUPEJUS e NUPEDIV) fomentaram três eventos principais: 1) 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil (18 e 19 de outubro de 2018); 2) IV Seminário Direitos fundamentais e vulnerabilidade social (23 e 24 de agosto de 2018); 3) Seminário Justiça e Consenso. Debates pela Advocacia e Magistratura (6 e 7 de julho de 2018). Ademais, todos os professores têm grupos de estudos vinculados a seus projetos de pesquisa, nos quais participam alunos da graduação e do mestrado, a serem descritos em Integração com a Graduação.

1.5) Contextualização do corpo discente:

O corpo discente situa-se na área do Direito, já que o Regimento Interno (RI) do PPGD/UFPel aprovado pela CAPES permite apenas a participação de Graduados em Direito. Em 2018 ingressaram 19 discentes, sendo 02 cotistas (e bolsistas). Dos 19 ingressantes, 02 são de outros Estados-membros, que não o Rio Grande do Sul: São Paulo e Minas Gerais. Salienta-se que 04 ingressantes são de outras cidades do Rio Grande do Sul: Rio Grande, Santa Maria e Porto Alegre. A presença de regiões distintas (02 Estados-membros e 03 cidades no estado do Rio Grande do Sul) no universo de 19 vagas demonstra que o PPGD/UFPel alcançou e avança em sentido a uma abrangência espacial significativa, o que é uma política do Programa. Além disso, a diversidade oferece aprimoramento dos debates acadêmicos. Informa-se que os discentes qualificarão seus projetos até 2 abril de 2018, prazo estabelecido pelo RI, ou seja, um ano após o ingresso.

Destaca-se que o PPGD/UFPel, atualmente, conta com 02 bolsas CAPES, 01 da FAPERGS e 02 de ações afirmativas (cotas para negros, indígenas, quilombolas e portadores de deficiência - recursos próprios da UFPel), distribuídas entre os ingressantes de 2017 e 2018. Em relação ao ano de 2017, houve um incremento de 02 bolsas.

No ano de 2018, uma aluna defendeu a dissertação aos 19 meses de sua matrícula (Jael Sanera Sigales Goncalves); um aluno abandonou (Andrey Alickson Lima de Araújo); e um aluno foi desligado (Mauro Francisco Buss Filho), pois a banca de qualificação não o considerou apto.

Por fim, cabe informar que toda a estrutura administrativa do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel é desempenhada pela Técnica Administrativa em Educação, Paloma Valério.

1.6) Base normativa do programa:

A regra fundamental do PPGD/UFPel é o Regimento Interno. No ano de 2018, igual ao de 2017, o Colegiado do PPGD/UFPel percebeu a necessidade de realizar algumas alterações para seu bom funcionamento. Tais alterações permitirão que o desenvolvimento do Programa acompanhe as exigências da Área e têm como fundamento o último documento de avaliação, especialmente no relativo à produção discente.

Assim, no quesito da produção necessária para a defesa da dissertação, o regimento interno modificou-se, passando a constar a obrigatoriedade da publicação de pelo menos 1 artigo científico em Revistas qualificadas (Capes-Qualis) nos estratos A1, A2 e B1 ou a publicação de pelo menos 2 artigos científicos em Revistas qualificadas (Capes-Qualis)

nos estratos B1, B2 e B3, no período em que se manteve matriculado no Mestrado. Para ambos os casos, a comprovação deve ser feita mediante a juntada de cópia da aprovação da(s) Revista(s). Ademais, outro requisito é a apresentação de pelo menos 2 trabalhos completos em eventos, com a devida publicação (artigo 54).

Também, acrescentou-se o seguinte requisito, visto que os alunos não têm o hábito de participar em atividades extraclasse: ter participado de 70% dos eventos (Palestra, Seminário, Congresso, Semana Acadêmica, Aula-Aberta e outros) promovidos pelo Mestrado. (artigo 54)

2) OBJETIVOS

2.1) Objetivo geral:

O objetivo do curso foca-se no perfil do profissional a ser formado, consistindo em sua qualificação para o desenvolvimento de pesquisa avançada em Direitos Sociais, especialmente, na esfera das Linhas de Pesquisa: Estado e Constituição; Direito e Vulnerabilidade Social. Nessa perspectiva o conhecimento jurídico produzido pelo Programa pretende as necessárias transdisciplinaridade e criticidade ao fenômeno jurídico, na direção da defesa dos direitos sociais, desde as dimensões constitucional e da vulnerabilidade social, até a busca da igualdade, da justiça social e do reconhecimento ao estado de diferença.

2.2) Objetivos específicos:

Para operacionalizar o objetivo geral, o Programa realiza estudos que notificam, através das pesquisas, a efetivação dos direitos sociais, assim como o seu não cumprimento. E, a partir disso, propõem soluções aos problemas da não efetivação destes direitos, especialmente ao grupo dos vulneráveis, denunciando os excessos do Estado, quando existentes. Assim, estabelece a necessária contribuição para o avanço da Ciência Jurídica em direção à contemporaneidade. É um propósito do Programa o estímulo ao entendimento do Direito como uma complexidade de fatores com função social que vão além da normatização. Desse modo, tem em vista:

1. Formar profissionais com capacidade para promover os direitos sociais mediante mecanismos e arranjos político-jurídico-sociais (programas, projetos, ações, acordos, termos de ajustamento, etc.) de modo transdisciplinar, para atender as realidades local e nacional.
2. Despertar no(a) egresso(a), à luz de uma formação científica, o interesse pela pesquisa no campo jurídico, em específico naquelas temáticas propostas pelo Programa. Com isso, visa-se desenvolver, além da análise crítica, a capacidade técnico-jurídica e a responsabilidade social para o enfrentamento das questões de Direito que almejem a construção de uma sociedade justa, livre e democrática;
3. Desenvolver a pesquisa, a docência e a orientação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, na área de concentração e nas linhas de pesquisa propostas;
4. Capacitar docentes a realizar atividades de ensino e pesquisa, enfatizando a reflexão crítica sobre os novos contornos e a função social do Direito na contemporaneidade. Isso, partindo da perspectiva dos Direitos Sociais, face às transformações jurídicas decorrentes,

principalmente, do avanço técnico-científico, das complexidades do Estado em seu principal vetor normativo, a Constituição, e da ampliação de pessoas em situação de vulnerabilidade. Assim, verifica-se quais as consequências, perspectivas e possibilidades de transformação no mundo jurídico.

2.3) Perfil do egresso:

O objetivo do curso relacionado ao perfil do profissional a ser formado consiste na qualificação para o desenvolvimento de pesquisa avançada em Direitos Sociais, especialmente nas temáticas inseridas nas linhas de pesquisa: Estado e Constituição e Direito e Vulnerabilidade Social. O perfil está diretamente conectado aos objetivos do curso. Por isso, o egresso do Programa de Pós-Graduação em Direito estará qualificado para:

1. Atuar no ensino jurídico;
2. Qualificar o serviço público;
3. Desenvolver e difundir pesquisa avançada em Direito relacionada às temáticas do Programa capazes de questionar o Direito posto e seu modo de realização;
4. Colaborar na promoção dos Direitos Sociais em instituições públicas e privadas e em todos os segmentos da sociedade.

3) PROPOSTA CURRICULAR

3.1) Estrutura curricular:

A oferta do curso está organizada em semestres letivos, devendo as disciplinas serem desenvolvidas ao longo do período, com carga-horária semanal de quatro horas e duas horas.

O discente deverá concluir o curso no prazo mínimo de 12 e máximo de 24 meses, correspondendo a 04 semestres letivos. As disciplinas deverão ser cursadas em 02 semestres letivos e até o 12º mês após sua matrícula, o aluno deverá submeter o projeto de pesquisa que está desenvolvendo ao Exame de Qualificação.

Para a consecução de tais objetivos, a matriz curricular do curso foi elaborada ofertando disciplinas obrigatórias e optativas, todas com 04 créditos em 68 horas, considerando como unidade de parâmetro 01 crédito de 17 horas.

Para a integralização do curso, além da elaboração e defesa da Dissertação de Mestrado (06 créditos), o profissional em formação deverá cursar um total de 28 créditos, dos quais 08 créditos em disciplinas obrigatórias e 20 créditos em disciplinas optativas, totalizando 34 créditos = 28 créditos de disciplinas + 06 créditos relativos ao trabalho de Dissertação.

Para a qualificação, o aluno deverá submeter-se a um Exame de Qualificação, apresentando um projeto de pesquisa para sua dissertação. O referido Exame deverá ser realizado em até 12 meses a contar do ingresso do aluno no Programa.

Para a defesa de dissertação dos ingressantes no ano de 2018, o discente deverá cumprir com os seguintes requisitos, descritos no Regimento Interno (artigo 54): 1) ter completado

o número mínimo de créditos exigidos; 2) ter sido aprovado no Exame de Qualificação; 3) ter publicado pelo menos um artigo científico, juntando cópia da aprovação, em Revistas qualificadas (Capes-Qualis) nos estratos A1, A2 e B1 ou ter publicado pelo menos dois artigos científicos, juntando cópia da aprovação, em Revistas qualificadas (Capes-Qualis) nos estratos B1, B2 e B3, no período que se manteve matriculado no Mestrado e ter apresentado pelo menos dois trabalhos completos em eventos com a devida publicação; 4) ter realizado a prova de proficiência no primeiro ano. Serão aceitas provas feitas em inglês, alemão, italiano, espanhol ou francês dos testes aplicados ou reconhecidos pelo Centro de Letras e Comunicação da UFPel (reconhecem-se certificações internacionais ou aquelas emitidas por outras IES); 5) ter participado de 70% dos eventos (Palestra, Seminário, Congresso, Semana Acadêmica, Aula-Aberta e outros) promovidos pelo Mestrado.

Ressalta-se que o Estágio Docente é obrigatório para bolsistas. As disciplinas estão distribuídas da seguinte forma, incluídas as criadas e excluídas as dos professores descredenciados no ano de 2017:

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

- Metodologia da Pesquisa em Direito;
- Teoria dos Direitos Fundamentais;

DISCIPLINAS LINHA 1 (Estado e Constituição)

- Tutela Coletiva dos Direitos Sociais;
- Constitucionalismos e Democracia;
- Constituição e Estado Social;
- Solidariedade e Efetivação dos Direitos Sociais;
- A construção da Dignidade Humana a partir dos Direitos Sociais;
- Estado, punição e controle;
- Jurisdição Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Tutela dos Direitos Fundamentais Sociais;
- Acesso à Justiça e Democracia;
- Tópicos Especiais em Direitos Sociais;

DISCIPLINAS LINHA 2 (Direito e Vulnerabilidade Social)

- Políticas Públicas, Diversidade e Vulnerabilidade;
- Inclusão, Diálogo Social e Trabalho;
- Acessibilidade na Educação Superior;
- Consumo e Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea;
- Direitos dos Povos Originários e Natureza;
- Política, Penalidade e Exclusão Social;
- Estudos foucaultianos e decolonialidade: construções jurídicas por meio de jogos de poder e de saber;
- Tópicos Especiais em Direitos Sociais

Assim, o aluno do Programa de Pós-Graduação em Direito deverá ser capaz, no decorrer da integralização dos créditos, com o aporte teórico e as discussões apresentadas nas disciplinas cursadas, de:

1. Formular estudos relativos à área e linha de pesquisa de sua escolha;
2. Formular problemas de pesquisa e desenvolver projeto de dissertação;
3. Estabelecer relações com outras pesquisas na área e em áreas afins;

4. Descrever, analisar e interpretar dados relativos a sua pesquisa.

3.2) Experiências inovadoras de formação:

Duas são as experiências inovadoras de formação na avaliação do Colegiado do PPGD/UFPeL.

a) SEPAD: O PPGD/UFPeL realizou o II Seminário de Pesquisa em Andamento em Direito (SEPAD), no qual os discentes fizeram defesa pública de seus projetos de dissertação com a participação dos seus pares e dos professores orientadores; além disso, o evento é aberto à comunidade e muitos alunos da graduação estiveram presentes. A defesa do projeto de dissertação no SEPAD é parte da avaliação da disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica e tal evento realiza-se nesta disciplina. Os discentes e docentes participantes do II SEPAD consideraram uma experiência enriquecedora no sentido de ampliação das possibilidades de reflexão e aprimoramento dos projetos. Assim, o SEPAD oferece a possibilidade de os projetos de dissertação serem realizados em dinâmica colaborativa, além de dar conhecimento à comunidade dos projetos que estão sendo realizados no Curso.

b) Aulas abertas: Os professores do PPGD/UFPEL têm promovido aulas abertas em suas disciplinas. Estas aulas são amplamente divulgadas na comunidade e tem como objetivo trazer professores de outras instituições e/ou PPGs para apresentarem um tema concernente à disciplina. No ano de 2018 foram realizadas 6 aulas abertas: 1) “Teoria da Justiça em Habermas”, Prof. Dr. Jovino Pizzi do PPG-Educação/UFPeL; 2) “Interdição de Gênero: a lei que silencia o corpo”, Prof. Dr. Renato Duro Dias do PPG-Direito/FURG; 3) “Feminismo jurídico”, Profa. Dra. Elaine Cristina Pimentel Costa do PPG-Direito/UFAL; 4) “Diversidade, iniquidades e suas resistências”, Profa. Dra. Renata Ovenhausen Albernaz, da Faculdade de Administração da UFRGS e do PPG-Memória e Patrimônio da UFPeL; 5) “Pluralismo jurídico, pensamento crítico e decolonialidade”, Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer do PPG-Direito da UNESC e PPG-Direito da Unilasalle; 6) “A função social do direito internacional”, Prof. Dr. Leonardo Subtil das Faculdades de Direito da UCS e do Centro Universitário da Serra Gaúcha; 7) “Debate sobre neoliberalismo e políticas sociais”, Mestre Thiago Rafagnin, Professor da UFOB.

c) Orientação individual de projetos de pesquisa: A Profa. Dra. Márcia Rodrigues Bertoldi, regente da disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, após desenvolver com os alunos estudos epistemológicos sobre a Ciência e o Direito, bem como noções sobre trabalhos acadêmicos, normas ABNT e projeto de pesquisa, destina 04 aulas para a orientação individual (05 alunos por aula). Nessas aulas, todos devem participar, observando as orientações da Professora e, quando oportuno, aproveitando-as. A orientação é realizada sobre o projeto de pesquisa a ser submetido à Qualificação, que nesta etapa tem de ter no mínimo 20 páginas. A experiência tem sido positiva, tanto para o PPGD/UFPeL, na aproximação dos estudos dos discentes à área de Concentração, Linhas de Pesquisa e projetos de pesquisa dos docentes, como para os alunos, que têm muita dificuldade em realizar um Projeto de Pesquisa e, nesse sentido, além das orientações com o Professor Orientador, têm este momento com a Professora responsável por instruir o tema projeto de pesquisa.

4) OFERTA E DEMANDA DE VAGAS

No ano de 2018, 87 inscrições foram homologadas para o processo seletivo. O PPPGD/UFPe abre, anualmente, 20 vagas. Destas, 25% são destinadas para candidatos negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência (em conformidade com a Resolução 05 CONSUN/UFPe/2017). Ademais, contemplados os servidores da instituição em 10% das vagas reservada (conforme Resolução 09/2019 da UFPe).

5) INFRA-ESTRUTURA

5.1) Laboratórios: O Curso de Mestrado em Direitos Sociais está localizado em um prédio histórico da cidade de Pelotas. O espaço dedicado ao PPPGD/UFPe compreende:

a) uma sala para a coordenação do mestrado e respectiva secretaria, devidamente climatizada com split, com aproximadamente 30², que conta com escrivaninhas, cadeiras, armários, arquivos, computadores e impressoras, internet por cabo e wireless, telefone e mesa redonda para reuniões;

b) uma sala de professores com 10 estações de trabalho, cada qual com suas respectivas escrivaninhas, cadeiras e computador. Também, há uma impressora de uso comum, internet wireless e a cabo, uma mesa para reuniões e suas respectivas cadeiras e um armário.

c) uma sala de aula com quadro branco, uma mesa para professor, mesas para os alunos em forma de círculo, kit multimídia, um notebook e está climatizada por split. No ano de 2018, com recursos próprios (inscrições para seleção de aluno regular e especial), o PPPGD/UFPe adquiriu um novo notebook.

d) uma sala de discentes, contendo 06 computadores, cada qual com suas respectivas escrivaninhas, cadeiras e computador. Também, há uma impressora de uso comum, internet wireless e a cabo, uma mesa para reuniões e suas respectivas cadeiras.

5.2) Biblioteca:

A UFPe dispõe de diversas bibliotecas físicas e uma biblioteca digital, as quais podem ser utilizadas pelos discentes do Mestrado. Dentre as bibliotecas físicas, estão: BC&T – Biblioteca de Ciência e Tecnologia, Campus Capão do Leão; BCA – Biblioteca de Ciências Agrárias, Campus do Capão do Leão; BCS – Biblioteca do Campus de Ciências Sociais; Campus do Instituto de Ciências Sociais- ICH; BCP – Biblioteca do Campus Porto; BibMed – Biblioteca de Medicina e Enfermagem; BO – Biblioteca de Odontologia; BESEF – Biblioteca de Educação Física; BL– Biblioteca do Lyceu.

A biblioteca do Direito, localizada na Faculdade de Direito, atualmente, tem a seguinte configuração no concernente à quantidade de títulos e exemplares de livros:

a) Área de Direito: 7.152 Títulos e 13.192 exemplares.

b) Área de Economia: 234 Títulos e 294 exemplares.

c) Área de Filosofia e Ética: 182 Títulos e 209 exemplares.

- d) Área de Sociologia e Antropologia: 282 Títulos e 330 exemplares.
- e) Área de Ciência Política: 271 Títulos e 337 exemplares.
- f) Área de Metodologia: 18 Títulos e 31 exemplares.

Total: 8212 Títulos e 14541 exemplares.

Já a biblioteca digital recebeu o nome de “Minha Biblioteca”, e está disponível a todos os alunos da instituição pela plataforma Pergamum, da UFPel. Através dela, é possível ter acesso a um vasto conteúdo técnico, científico e profissional de qualidade. Ao todo, são cerca de sete mil obras das principais editoras do país. E dentro desta ferramenta, o aluno pode realizar realces em suas leituras, anotações ou armazenamentos para pesquisas futuras. Portanto, a “Minha Biblioteca” é hoje um importante espaço de estudo, pois encontra-se disponível a todos os alunos sem restrição, a qualquer momento e local, bastando um acesso à internet e o login pelo número da matrícula.

Serviços:

- a) Disponibilização do acervo, em suporte papel e digital, para consulta e empréstimo;
- b) Catalogação na fonte de trabalhos acadêmicos e publicações jurídicas da Editora UFPel;
- c) Cadastro da comunidade acadêmica para confecção da carteira de identificação;
- d) Manutenção da Coleção de Obras Raras e valiosas da Faculdade.

Pessoal: A equipe da biblioteca é formada por uma bibliotecária (Catarina Prestes de Carvalho – Bibliotecária responsável – CRB10/2046), um auxiliar de biblioteca (Cristiano Oliveira Lopes) e dois assistentes administrativos (Michele da Silva Kruger e Márcio Aurélio Alves Insaurriaga).

Horário: das 8h às 22h, sem intervalo

5.3) Outras informações:

Política de aquisição de material bibliográfico: Tal como no ano de 2017, o PPGD/UFPel, em conjunto com a Faculdade de Direito e recursos próprios (inscrições para seleção de aluno regular e especial), adquiriu 161 exemplares de livros, contabilizando 85 títulos. Os livros são parte do referencial bibliográfico das disciplinas, entre outros que os professores solicitaram. Esses exemplares foram incluídos na base de dados da Biblioteca da Faculdade de Direito e encontram-se disponíveis para os discentes dos cursos de Graduação e de Mestrado da Faculdade de Direito, além de outros usuários do Sistema da Biblioteca da UFPel.

Vale referir que neste ano, também, a biblioteca da Faculdade de Direito passou a disponibilizar outro acesso à Biblioteca Digital, chamada de ProView (base de livros eletrônicos da editora Revista dos Tribunais / Thomson Reuters), com mais de 1800 títulos de obras jurídicas e várias facilidades de pesquisa. Porém, diferente da outra biblioteca digital, até o momento, encontra-se disponível via IPs UFPel (acesso somente nas dependências da Universidade), através do link: [Biblioteca Digital ProView](#) ou a partir da configuração do proxy (acesso externo).

6) INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO

6.1) Indicadores de integração com a graduação:

Num primeiro momento, cabe destacar que o Curso de Graduação em Direito da UFPel é anual.

A carga-horária dos docentes do PPGD/UFPEL obedece às diretrizes da UFPel, as quais determinam 8 horas semanais em disciplinas da graduação. Ademais, os professores exercem outras atividades, tais como supervisões de estágio no Serviço de Assistência Judiciária (SAJ), orientações de TCCs, orientações de Iniciação Científica e extensão, etc. Não obstante isto, os docentes permanentes dedicam, pelo menos, 20 horas semanais ao Programa.

No que se refere às disciplinas de graduação, os docentes do PPGD/UFPEL ministraram as seguintes: Introdução ao Direito, Teoria Geral do Processo, Processo Penal I, Criminologia, Antropologia Jurídica, Arte e Construção do Pensamento Jurídico, Sociologia Jurídica, Direito das Obrigações, Direito do Consumidor, Ética (Geral e Jurídica), Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Hermenêutica Jurídica, Direito Eleitoral, Metodologia da Pesquisa Jurídica, Direito Ambiental, Serviço de Assistência Judiciária, História das Instituições Jurídicas, Direitos Humanos, Direito Processual Penal I e II, Direito dos Contratos, Laboratório de Prática Jurídica, Direito Penal I.

Com relação às atividades de Iniciação Científica, a atuação do corpo docente registrou: 2 orientações de Iniciação Científica remuneradas e 20 voluntárias. Cabe informar que o número de bolsas de Iniciação Científica na UFPel diminuiu muito nos últimos anos; no entanto, verifica-se um incremento no número de alunos voluntários em relação ao ano de 2017. Há de informar que o Prof. Dr. Alexandre Fernandes Gastal não ministrou disciplina na Graduação no ano de 2018, pois assumiu a assessoria junto à Reitoria da UFPel. Também, o Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida, em razão de seu afastamento para estágio de pós-doutoramento, não ministrou disciplinas no ano de 2018.

O professores permanentes do PPGD/UFPEL mantêm grupos de estudos relacionados a seus grupos de pesquisa, nos quais participam, especialmente, alunos da graduação, mas também do mestrado:

- a) Inventar: arte e construção do conhecimento jurídico - Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning.
- b) Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito do Consumidor – GECON/CNPq - Prof. Dr. Fernando Azevedo.
- c) Grupo de Pesquisa Acesso à justiça no século XXI: o tratamento dos conflitos na contemporaneidade –Profa. Dra. Karinne Emanoela Goettems dos Santos.
- d) Grupo de Estudos de Filosofia Constitucional Republicana (GEFCR) e Grupo de pesquisa República, Solidariedade e Justiça –Prof. Dr. Guilherme Massáu.faltam dados de outros professores.

e) Grupo de Estudos em Direito Socioambiental (GEDS) – Profa. Dra. Márcia Rodrigues Bertoldi.

f) Constituição, cidadania e direitos fundamentais – Prof. Dr. Marcelo Nunes Apolinário.

g) Grupo de Estudo sobre acessibilidade na educação superior – GEPAES – Prof. Dr. Valmor Scott Jr.

h) Grupo de Estudos e Pesquisa em Punição e Controle Social – Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida.

Além disso, há em torno de 30 alunos de graduação e 6 advogados voluntários que integram os Programas de Extensão LIBERTAS - Punição, Controle Social e direitos humanos e o DEFENSA ASSESSORIA CRIMINAL POPULAR E CLÍNICA JURÍDICO-PENITENCIÁRIA, coordenados pelo Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida, que está em consonância com sua linha de investigação. O Programa LIBERTAS se destina às ações de enfrentamento da vulnerabilidade de grupos sociais no âmbito do sistema penal, notadamente os ambientes prisionais. A ação do Programa está delimitada na assessoria jurídica em defesa dos Direitos Humanos das pessoas privadas da liberdade no Presídio Regional de Pelotas, que correspondem a grupos sociais vulneráveis, uma das linhas de pesquisa do PPGD/UFPel. Em 2015, o programa de extensão LIBERTAS ficou em primeiro lugar na classificação final do PROEXT 2016, com execução em 2016 e 2017. Por sua vez, o DEFENSA Assessoria Criminal Popular se constitui em uma assessoria jurídica popular com o objetivo principal de implementação de um trabalho interdisciplinar que desenvolva o estudante do curso de Direito em direção à formação de um profissional crítico, qualificado e envolvido com o compromisso social e a aplicação dos Direitos Humanos. A partir de tais atividades, o projeto não se restringe apenas à noção de assistência, mas em forma de assessoria, com enfoque principal em demandas coletivas e em parceria com a sociedade, ou seja, não se restringindo ao espaço da Faculdade, mas também ao ambiente das comunidades. Já a Clínica Jurídico-Penitenciária visa o assessoramento em casos que envolvem a execução penal, em parceria com o Conselho da Comunidade da Execução Penal de Pelotas, a Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul - SUSEPE/RS e a Defensoria Pública.

Assim mesmo, há 20 alunos de graduação no Projeto de Extensão Imagens da Justiça: Igualdade, Liberdade e Diversidade na América Latina, coordenado pela Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning, que tem por objetivo a elaboração de produtos pedagógicos-jurídicos e montagem de exposição com ações participativas. De igual forma, 4 alunos participam da Ação Direito Cuidativo e Qualidade de Vida no Projeto Unificado Cuidativa: integralidade do cuidado e qualidade de vida, ação da qual é colaboradora a Profa. Dra. Karinne Emanuela Goettems Santos. O projeto unificado destina-se a implementar ações para melhorar a Qualidade de Vida e auto estima de pacientes com doenças crônicas que ameaçam a continuidade da vida, através do controle da Dor Total, do estímulo à criatividade, à iniciativa, à autonomia, às trocas de experiências e ao melhor relacionamento entre grupos de profissionais de diversas áreas, juntamente com pacientes, familiares e cuidadores. A Ação Direito Cuidativo, de natureza extensionista, integra esse grande projeto para oferecer assistência jurídica gratuita, através do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ), às pessoas que, além de problemas de saúde, necessitam

demandar judicialmente para obter medicamentos, tratamentos, cirurgias, interdição e benefícios previdenciários, entre outros.

Na dinamização de outras atividades com o Curso de Graduação, ainda se destaca a participação dos docentes e discentes do PPGD/UFPEL na 51ª Semana Acadêmica da Faculdade de Direito (SEMAC). Nesse sentido, os mestrandos foram, junto aos docentes, avaliadores nos Grupos de Trabalho. Do mesmo modo, cabe indicar a expressiva participação dos alunos de Iniciação Científica, Extensão e TCC, e inclusive dos Mestrandos, sob a orientação dos docentes do PPGD/UFPEL, na SIIPE (Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão) da UFPEL.

A Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning desenvolveu os projetos denominados “Pesquisa Empírica em Direito (PED): conexões entre Arte, Antropologia e Sociologia Jurídicas” e “Pesquisa Empírica em Direito (PED): Arte e democratização do conhecimento jurídico”, junto à disciplina de Introdução ao Direito, no qual os alunos das Turmas de 2018, realizaram pesquisas empíricas, orientando alunos da graduação, sobre as temáticas do referido projeto durante todo o ano de 2018. Destaca-se que um dos eixos de investigação é a efetividade dos direitos sociais em relação a pessoas em situação de vulnerabilidade social, categoria de uma das linhas de pesquisa do PPGD/UFPEL. Assim, tal inserção deu-se, especialmente, com a participação de mestrandas e mestrandos na orientação e na composição das bancas avaliadoras do PED 2018, que ocorreram em dezembro de 2018. E o retorno do conhecimento à sociedade, por meio de práticas didático-jurídicas, foi realizado já em 2018, sendo previsto também para o 1º semestre de 2019, com acompanhamento dos e das orientadoras. O projeto tem sua importância no contexto da inserção da Pós-Graduação na Graduação pois, em seu conjunto: 1) abarcou cerca de 180 discentes de graduação em Direito; 2) incluiu alunos e alunas de 1º ano no horizonte da pesquisa, especialmente na pesquisa empírica; 3) proporcionou ensinamentos de escrita científica e de Metodologia da Pesquisa, disciplina esta oferecida apenas no 4º ano e 4) possibilitou ações didático-jurídicas junto à comunidade, estabelecendo diálogos entre conhecimentos acadêmicos e populares.

No de 2018, duas alunas do curso de Letras-Tradução Espanhol da UFPEL fizeram estágio no PPGD/UFPEL. Deste estágio resultou a tradução da página *web* para o espanhol, que está em vias de correção pela Professora Coordenadora do projeto. Também, realizou-se a tradução de um artigo da Profa. Dra. Catherine Walsh, intitulado “Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial”, em parceria com uma das alunas, a coordenadora do projeto e professora do Curso de Letras- Tradução Espanhol e a coordenadora do PPGD/UFPEL. O artigo será publicado na Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFPEL, a qual, conforme será mencionado, foi reativada pelo PPGD/UFPEL em 2018.

6.2) Estágio docente:

O Estágio Docente foi planejado com a participação de todos os professores integrantes do PPGD/UFPEL e seguindo as normas constantes no Regimento Interno e na Resolução 47 de 2017 da UFPEL. O Estágio Docente tem como regente a Profa. Dra. Jane Gombar Azevedo Oliveira.

Previu-se a inserção dos mestrandos na prática docente do Curso de Graduação, atentando-se à conexão entre a linha de pesquisa do estagiário no mestrado e a disciplina escolhida para desenvolvimento de suas atividades na graduação. Para isso, estabeleceram-se alguns passos a serem seguidos: primeiro, o professor responsável por esta disciplina elegida elabora, em conjunto com o professor regente da disciplina do Estágio Docente no PPGD/UFPel, um cronograma de trabalho a ser cumprido pelo mestrando durante seu estágio; posteriormente, o referido cronograma é submetido ao Departamento da Faculdade a que se vincula a disciplina da graduação, sendo objeto de deliberação nesta instância. Uma vez aprovado, o aluno inicia seu estágio.

Ao todo, 14 alunos, sendo que destes 02 são bolsistas, realizaram estágio docente. Os alunos estagiários estiveram inseridos nas seguintes disciplinas do Curso de Graduação: Introdução ao Direito; Direito Ambiental; Direito Penal III; Laboratório de Prática Jurídica I e II; Criminologia; Direito Processual Penal I; Direitos Humanos; Processo Civil I; Direito do Consumidor; Ética (geral e jurídica); Teoria da Constituição; e Hermenêutica Jurídica.

Os estagiários mestrandos desenvolveram suas atividades sob a supervisão do professor responsável pela disciplina correspondente na graduação. Referidas atividades incluíram: a preparação de materiais didáticos e aulas; o uso de equipamento tecnológico (Datashow); a explanação oral e execução de aulas; a elaboração de avaliações e respectivas correções; a interação com alunos da graduação; a assistência e elucidação de questionamentos; a integração em projetos de extensão e de ensino (como grupos de estudos), naqueles casos em que o professor orientador do estágio possuía referidas atividades.

Além disto, os mestrandos tiveram oportunidade de desenvolver e analisar ações metodológicas e didáticas utilizadas em sala de aula, em conformidade com o plano de estágio e conteúdo programático da disciplina, aprimorando o ensino e aprendizagem de modo a possibilitar a sua vivência não só com a pesquisa, mas também como docente. Pode-se perceber o desenvolvimento de saberes e capacidade metodológica no processo interativo de ensinar e aprender, aliando teoria e prática, graduação e pesquisa, tendo em vista a consolidação do conhecimento dos mestrandos e dos alunos da graduação.

No referente à avaliação da efetividade do estágio para o mestrando e o graduando, o mestrando elaborou, juntamente com o professor orientador (responsável pela disciplina da graduação), um relatório de atividades, ao fim do semestre em que o estágio foi realizado. Este relatório foi submetido à avaliação do professor regente da disciplina de Estágio Docente do PPGD/UFPel. Além disso, o professor orientador do estágio (responsável da disciplina na graduação) pode aferir a efetividade do mesmo, seus impactos, resultados positivos, etc., perante os alunos da graduação, repercutindo referida aferição no relatório final do estágio e na nota, entregue ao fim do semestre.

Ao final, os estagiários relataram a percepção de uma importante experiência no sentido de vivenciar a prática docente e, ao mesmo tempo, cotejar as reflexões teóricas desenvolvidas no mestrado, em suas respectivas pesquisas, com a prática do ensino. Relatou-se, como ponto positivo, que a interação dos mestrandos com os graduandos contribuiu para fomentar o interesse destes últimos em relação à pós-graduação stricto sensu, além de permitir uma aproximação de experiências e aprendizados a ambos.

7) INTERCÂMBIOS

7.1) Intercâmbios Nacionais: As parcerias nacionais foram importantes para o fluxo docente no PPGD/UFPel. Assim, foram convidados professores de diversos PPGs e Faculdades do país para ministrarem aulas abertas, a aula inaugural do mestrado, palestras e minicursos.

Para a realização do IV Seminário Direitos Fundamentais e Vulnerabilidade Social, contou-se com as seguintes articulações nacionais: PPG-Direito/UNILASSALE; PPG-Direito/FURG; PPG-Direito/UFSM; PPG-Direito/URI. No Seminário Justiça e Consenso, realizaram-se parcerias com a OAB/RS e com o CEJUSC/Pelotas. Já no evento sobre os 30 anos da Constituição da República Federativa de Pelotas, a parceria ocorreu com a Faculdade de Direito da UFRGS. No concernente à aula inaugural, estabeleceu-se parceria com a PUC/RS.

Cabe destacar a cooperação com o PPG-Educação da UFPel, através da colaboração com a Profa. Dra. Maria Cecília Lorea Leite. No ano de 2018, os dois programas, junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos – FURG, realizou o Minicurso intitulado "La conquête l'exercice du porvir par les femmes dans les filmes et séries politiques", ministrado pela Profa. Dra. Magalie Flores-Lonjou, da Universidade de la Rochelle.

Assinala-se a estreita vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel, especialmente com os grupos de pesquisa NEL (Núcleo de Estudos Latino-Americanos) e Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP), aos quais os professores Márcia Bertoldi e Bruno Rotta Almeida fazem parte. Ademais, estabeleceram-se parcerias para a composição de bancas de qualificação e dissertação de mestrado e doutorado, além da participação dos docentes e discentes nos eventos realizados por ambas as IES. Nesse sentido, em maio de 2018, foi realizado o 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito; neste evento, os professores do PPG-Direito/UFPel coordenaram GTs e ofereceram minicursos, enquanto os discentes apresentaram suas pesquisas.

Também, o Prof. Dr. Fernando Azevedo participa de projeto de pesquisa interinstitucional, intitulado "A tutela jurídica dos vulneráveis nos espaços privados sob a ordem constitucional solidária visando à sustentabilidade social", sob a coordenação da Profa. Dra. Fabiana Rodrigues Barletta, no qual participam pesquisadores de diversas IES (UFRGS, UFRJ, UERJ)

7.2) Intercâmbios Internacionais: No ano de 2018 se destacam as seguintes atividades:

No âmbito do convênio entre a UFPel e a Universidad del Magdalena, a Profa. Dra. Márcia Bertoldi ministrou minicurso, aulas e palestras (setembro de 2018) nesta **instituição**, conforme relatado em Internacionalização. A Prof. Dra. Maria das Graças Pinto de Britto, no âmbito do convênio com a Universidad de Sassari, esteve em visita de estudos, na qual realizou várias atividades (palestra, participação em grupo de estudos e em evento), que serão relatadas em Internacionalização.

Também, conforme relatado anteriormente, realizou-se o Minicurso intitulado “La conquête l’exercice du porvir par les femmes dans les filmes et séries politiques”, ministrado pela Profa. Dra. Magalie Flores-Lonjou, da Universidade de la Rochelle. Neste momento, estamos realizando convênio entre a Universidade de la Rochelle e os PPGs em Direito e Educação da UFPel.

Além disso, conta-se com a vinculação o Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida à “Red Cono Sur de Investigación em Cuestión Penitenciaria”, grupo de docentes de diversas universidades da América Larina, que se reúnem para desenvolver pesquisas sobre a temática penitenciária. Compõem essa rede a Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad de la República (Uruguai), Universidade Federal de Pelotas (Brasil) e Universidade Católica de Pelotas (Brasil). Vale referir que a primeira reunião, em 2015, ocorreu em Montevidéu, no Uruguai. Em 2016, o grupo se reuniu em Buenos Aires, na Argentina. Em dezembro de 2017, o encontro ocorreu novamente em Montevidéu, no Uruguai. E, no ano de 2018, a IV Reunión se deu em Pelotas, no Brasil.

Por fim, aponta-se que o Prof. Dr. Marcelo Nunes Apolinário participou como professor visitante/pesquisador na Universidad Autónoma de Madrid em cumprimento de sua estância para pós-doutoramento.

8) SOLIDARIEDADE, NUCLEAÇÃO E VISIBILIDADE

8.1) Indicadores de solidariedade e nucleação:

O Corpo Docente do PPGD/UFPel participou em 16 Bancas em outros Programas de Pós-Graduação ao longo de 2018, atuando em 10 Programas de 05 IES: UFSM, FURG, UCPel e UFPel.

Conforme relatado em Corpo Docente, os professores do PPGD/UFPel atuaram como pareceristas *ad hoc* em 35 revistas de importância para a área do Direito.

Em parceria com a UCPel realizou o 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito. Já com a PUC/RS, foi promovido o XV Seminário Internacional de Direitos Fundamentais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Como indicador de solidariedade, vale ressaltar, uma vez mais, o estabelecimento das políticas de ação afirmativa para ingresso, conforme a Resolução 05 CONSUN/UFPel/2017. Nesta, estabelece-se que 25% das vagas do curso de Mestrado e do Doutorado são destinadas para candidatos negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência. Há, também, uma política de oferta de vagas para servidores da instituição, que atende a Resolução 09/2019 da UFPel, no qual 10% das vagas ficam reservadas para o referido público em ambos os cursos. O PPGD/UFPel foi o primeiro Programa a implementar aquela ação afirmativa.

8.2) Acompanhamento de egressos:

Contamos com 01 defesa de dissertação até o momento, posto que o prazo para defesa dos alunos da primeira turma (Turma 2017) é 08.05.2019. Esta é a primeira dissertação

defendida no PPGD/UFPel. A discente, Jael Sanera Sigales Gonçalves, atualmente trabalha na Advocacia-Geral da União, em São Paulo, e é Técnica em Assuntos Educacionais. Ademais, realiza pós-doutoramento na Unicamp - Instituto de Estudos da Linguagem e ministrará aulas nessa IES sobre direitos linguísticos.

8.3) Visibilidade

SITE: O PPGD/UFPel possui um site na internet (<https://wp.ufpel.edu.br/ppgd/>) o qual é atualizado regularmente. O site possui todas informações sugeridas pelo documento de área. Nela o visitante pode conhecer a estrutura do curso, os projetos dos professores, as disciplinas e seus planos de ensino, os editais de seleção para aluno especial e regular, os alunos matriculados, os documentos do Programa, os contatos e futuramente terá acesso ao banco de dissertações concluídas.

O site, também, inclui o link “Próximos Eventos”, no qual são exibidas todas as notícias do programa, tais como: eventos, aulas abertas, palestras, bancas de qualificação e dissertação, etc. Também há o link “Atividades docentes e discentes”, no qual são publicadas as atividades docente e discente de relevância.

PÁGINA NO FACEBOOK: O Programa possui uma página no site de relacionamentos Facebook (PPGD – UFPel – Mestrado em Direito), que inclui, também, todas as informações respeito a eventos, bancas, palestras, aulas abertas, etc.

Os professores do PPG realizaram palestras, minicursos, apresentaram trabalhos em eventos, etc. em diversas IES do país e do exterior, como a seguir se refere:

O Prof. Dr. Alexandre Fernandes Gastal proferiu a palestra ‘O incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica na OAB’, Subseção Pelotas.

A Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning realizou as seguintes palestras, oficinas e minicursos: 1) “Pesquisa de Campo em Direito: ferramentas, desafios e possibilidades” (Minicurso) no 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito, Universidade Católica de Pelotas; 2) “Arte e Construção do Conhecimento Jurídico: resistimos?” (Palestra) no IV Congresso Internacional de Pedagogia Universitária e Didática de Direito, na Fundação Escola Superior do Ministério Público, em Porto Alegre; 3) “À que não podemos reduzir os direitos humanos?” (Palestra) na X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em São Lourenço do Sul, RS (juntamente com a mestrandia Taísa Soares); 4) “Combate à Violência na Escola: Imagens da Justiça, Direitos Fundamentais e Educação” (Oficina) na X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em São Lourenço do Sul, RS; 5) “Imagens da Justiça, Interculturalidade e Direitos Constitucionais” na Rede Pública Municipal de Educação em Pelotas/RS (Palestra).

A Profa. Dra. Ana Clara Correa Henning, juntamente com a Profa. Maria Cecília Lorea Leite (PPGD/UFPel e Faculdade de Educação/UFPel) e o Prof. Dr. Renato Duro Dias (PPGDJS e Faculdade de Direito/FURG), realizou o lançamento do livro “Justiça Curricular e suas Imagens” no XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, em Porto Alegre/RS; na Feira do Livro de Pelotas e na Feira do Livro da FURG, em Rio Grande/RS.

O Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida realizou as seguintes atividades: 1) “Universidade e Cárcere: potencialidades de ações” (Palestra) no 1º Fórum Prisão Universidade e Comunidade na Universidade Católica de Pelotas; 2) “Mortes sob custódia em prisões” (Palestra) 10º Encontro Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias / 4ª Reunião da “Red Cono Sur de Investigación en Cuestión Penitenciaria; 3) “Pesquisa em documentos históricos” (Palestra) no 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito; 4) “Políticas Públicas de Segurança”, Encarceramento e Direitos Humanos (Palestra) no I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade.

O Prof. Dr. Guilherme Massaú realizou as seguintes atividades: 1) “Princípios constitucionais e relações internacionais” no Curso de Relações Internacionais da UFPel (Palestra); 2) “Princípios constitucionais e relações internacionais” na III Semana Acadêmica Integrada do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na URCAMP/Bagé (Palestra); 3) “Princípios constitucionais e relações internacionais” na XVIII Semana Acadêmica do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas do Centro Universitário da Serra Gaúcha em Caxias do Sul (Palestra); 4) Participação conjuntamente com do curso de Direito da UFOB com uma pergunta na entrevista com o Professor Dr. Peter Häberle (Alemanha) na Revista Argumentum (B1) edição v. 19, n.1 (2018).

O Prof. Dr. Guilherme Massaú realizou lançamento do livro “Princípios Constitucionais e Relações Internacionais” na Feira do Livro de Pelotas e na Livraria Vanguarda em Pelotas. Este livro é resultado do seu estágio de pós-doutoramento na PUC/RS sob a orientação do Prof. Dr. Ingo Sarlet.

A Profa. Dra. Karinne Emanuela Goettems dos Santos realizou as seguintes atividades: 1) “Direito Cuidativo” (Palestra), na III Jornada da Liga Acadêmica de Cuidados Paliativos (Palestra); 2) “O modelo de julgamento de demandas repetitivas no novo CPC” no Seminário do Grupo de Estudos de Processo Civil da UCPEL (Palestra); 3) “Direito e Cidadania: Métodos alternativos de resolução de conflitos” no FÓRUM SOCIAL UFPEL (Palestra).

O Prof. Dr. Marcelo Nunes Apolinário concedeu entrevista realizada ao Jornal Diário Popular de Pelotas sobre os 30 anos da Constituição Federal. Também, concedeu entrevista realizada ao Jornal El Colombiano de Medellín/Colômbia sobre a prisão e a possibilidade de candidatura do ex presidente Lula à presidência da República.

A Profa. Dra. Márcia Rodrigues Bertoldi realizou as seguintes atividades: 1) “Pesquisa de Campo em Direito: ferramentas, desafios e possibilidades” (Minicurso) no 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito, Universidade Católica de Pelotas; 2) “Saberes Tradicionais - Diálogos dos Saberes e Decolonialidade” (Palestra), no Curso de Terapia Ocupacional da UFPel; 3) “Los saberes tradicionales de los pueblos originarios como derecho fundamental a la cultura” (Palestra), na Universidad del Magdalena; 4) “El derecho internacional del medio ambiente” (Palestra), na Universidad del Magdalena; 5) Minicurso sobre La investigación empírica en el Derecho na Universidad del Magdalena; 6) “Vulnerabilidade e exclusão no Estado democrático” (Palestra), no I Colóquio Constituição, Direitos Fundamentais e Desigualdades, UFS; 7) Coordenação dos seguintes GTs nos CONPEDI do ano de 2018: Constituição e Democracia II, Direito Internacional III, Direito Internacional dos Direitos Humanos III.

O Prof. Dr. Valmôr Scott Junior realizou as seguintes atividades: 1) “GT5: Direito das Minorias”, no 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito, Universidade Católica de Pelotas – UCPel (Coordenador de GT); 2) 2º Workshop Extremo Sul de Pesquisa Empírica em Direito, Universidade Católica de Pelotas – UCPel (membro de comissão científica); 3) VI Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior (Membro de Comissão Científica).

A Profa. Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira (no período de setembro à dezembro de 2018), realizou as seguintes atividades: 1) na Jornada Brasileira de Direito e Fraternidade, ministrou a Palestra "Igualdade de Gênero para as Mulheres Trabalhadoras e a Fraternidade"; 2) ministrou aula no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), da UFRGS com o tema "O Trabalho escravo: passado e presente de uma desigualdade social"; 3) ministrou no IV Congresso Nacional de Direito e Fraternidade - o resgate do princípio da fraternidade no sistema de justiça, a palestra "A Fraternidade nos Direitos Sociais".

9) INSERÇÃO SOCIAL

O PPGD/UFPEL foi pensado para aprimorar os estudos na área de Direitos Sociais desde a dimensão constitucional, enquanto moduladora de garantias de execução, até a dimensão da vulnerabilidade social dos sujeitos tensionados pela exclusão e pela desigualdade. Nesse sentido, pretende-se formar profissionais com capacidade de inserção na sociedade, habilitados de análise crítica, capacidade técnica e responsabilidade social para promover os Direitos Sociais, em franca situação de fragilidade, especialmente os dos grupos vulneráveis. Este resultado será possível averiguar tão logo tenhamos os primeiros egressos (março de 2019)

Por outro lado, a inserção social dá-se pela oferta de atividades, aulas abertas e eventos, promovidos pelo PPGD/UFPEL, as quais promovem discussões a partir dos objetos de estudo pensados para sua área de concentração e linhas de pesquisa. Dessa forma, o PPGD/UFPEL convida a comunidade a inserir-se nas discussões das temáticas mencionadas. Conforme descrito em Visibilidade, para a veiculação das informações, o Programa possui um site web e uma Página no Facebook.

Em termos de eventos, o PPGD/UFPEL promoveu e cooperou com outras IES na promoção dos seguintes eventos, respectivamente: 1) Aula inaugural do Mestrado e da Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFPEL – Os Direitos Sociais nos 30 anos da CF/88 com o Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS), no dia 25 de junho de 2018; 2) II Seminário de Pesquisa em Andamento – SEPAD, nos dias 11 e 18 de julho de 2018; 3) IV Seminário Direitos Fundamentais e Vulnerabilidade Social que ocorreu nos dias 23 e 24 de agosto de 2017; 4) Minicurso Reflexões sobre vigilância e visibilidade na sociedade da classificação com o Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz (UNOESC); 5) Seminário Justiça e Consenso 2018 – Debates pela Advocacia e Magistratura, nos dias 06 e 07 de julho de 2018 (entrada franca); 6) Seminário, Os 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil, nos dias 18 e 19 de outubro de 2018; 7) Minicurso La conquête et l'exercice du pouvoir par les femmes dans les films et séries politiques com a Profa. Dra. Magalie Flores (Loujou – Universidade de la Rochelle); 8)

XV Seminário Internacional de Direitos Fundamentais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos dias 19 a 21 de novembro de 2018.

Nesse sentido, o Programa também promoveu diversas aulas abertas, conforme mencionado em Experiências inovadoras de formação (Proposta Curricular).

10) INTERNACIONALIZAÇÃO

O PPGD/UFPEL possui convênios com a Universidade de Magdalena, Colômbia, através do Mestrado em Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, mediante a cooperação da Prof. Dra. Isabela Figueroa; com a Universidade de Sassari (Itália), através do Departamento de Jurisprudência, mediante a cooperação do Prof. Vanni Lobrano; e com a Universidade de Barcelona, através do Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos (OSPDH), mediante a cooperação do Prof. Dr. Iñaki Rivera Beiras e do Departamento de Direito Internacional, mediante a cooperação da Profa. Dra. Rosa Ana Alija Hernandez.

No âmbito do convênio com a Universidad del Magdalena, a Profa. Dra. Márcia Bertoldi esteve em visita técnica naquela IES, onde ministrou minicurso, aulas e palestras na Universidade de Magdalena: 1) “Los saberes tradicionales de los pueblos originarios como derecho fundamental a la cultura” (Palestra); 2) “El derecho internacional del medio ambiente” (Palestra); 3) Minicurso sobre La investigación empírica en el Derecho.

Também, conforme relatado, realizou-se o Minicurso intitulado “La conquête l’exercice du porvir par les femmes dans les films et séries politiques”, ministrado pela Profa. Dra. Magalie Flores-Lonjou, da Universidade de la Rochelle. Neste momento, estamos realizando convênio entre a Universidade de la Rochelle e os PPGs em Direito e Educação da UFPel.

No âmbito do Convênio UFPel e da Università degli Studi di Sassari, merece destaque o desenvolvimento da coletânea “Diálogo crítico-educativo VIII Constitucionalismos, democracias e educação: o presente e o futuro da América Latina”, ISBN 978-85-517-0013-6, encaminhado para publicação no ano 2017, publicado em maio de 2018 pela Editora da UFPel e organizado pelos professores Dr. Jovino Pizzi e Dra. Maria das Graças Pinto de Britto. O volume VIII da coletânea contém o artigo “Existe um “pensamento político-jurídico latino-americano”? O pensamento democrático-republicano da independência Latino-americana: federalismo verdadeiro (municipal) *versus* federalismo falso (estadual) entre Europa e América”, do Prof. Dr. Giovanni Lobrano, da Università degli Studi di Sassari, traduzido do italiano para o português pelos professores Jovino Pizzi e Maria das Graças Pinto de Britto. Ademais, contém o artigo “A relação entre o homem e o ambiente no sistema jurídico romano”, do Prof. Dr. Pietro Paolo Onida, da Università degli Studi di Sassari, traduzido do italiano para o português pela Profa. Dra. Maria das Graças Pinto de Britto.

No âmbito do referido convênio com a Universidade de Sassari, a Profa. Dra. Maria das Graças Pinto de Britto participou nos dias 18-23 de setembro 2018, do grupo de estudos “Constitucionalismo atual: doutrina da crise do Estado”, do qual faz parte, sob a coordenação e orientação do Prof. Dr. Giovanni Lobrano (Università degli Studi di Sassari, Italia), na Facoltà di Giurisprudenza – Università degli Studi di Sassari, Italia.

Nos dias 20 a 25 de setembro de 2018, a referida professora participou do “XX Congreso Latinoamericano de Derecho Romano”, realizado na Università degli Studi di Sassari (20-21) e na Università di Roma ‘Tor Vergata’ (24-25). No dia 21, a Profa. Dra. Maria das Graças Pinto de Britto, proferiu a palestra “El modelo romano de los municipios”, na sessão Derecho Público, na Università degli Studi di Sassari.

Somado a isso, observa-se a participação do Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida em redes de pesquisa e grupos de trabalho internacionais, os quais se elencam a seguir:

1) Red Cono Sur de Investigación en Cuestión Penitenciaria (RCSICP), cujo objetivo é desenvolver, conjuntamente entre profissionais, professores e pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, ações científico-acadêmicas e de extensão que possam contribuir significativamente para o avanço e difusão do conhecimento nas áreas da execução penal e da questão penitenciária, no âmbito dos grupos envolvidos;

2) Red de Historiadores e Historiadoras del Delito en las Américas (REDHHA), que reúne todos os interessados nas problemáticas teóricas e metodológicas inerentes ao estudo histórico do delito e temas afins em diversos países das Américas;

3) Red de Investigación Penitenciaria de las Américas (Americas Prison Research Network – APRN), a qual é uma rede de pesquisadores que promove a investigação sobre prisões e pessoas privadas de liberdade nas Américas;

4) Grupo de Trabalho Sistema penal y cambio social do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), que propõe estudar as mudanças atuais do sistema penal na América Latina, reivindicando o caráter indispensável do diálogo empírico e comparado para dar conta das peculiaridades locais e regionais e construir enfrentamentos teóricos e políticos; e

5) Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos (OSPDH) da Universidad de Barcelona, possuindo potencial de produção teórico-institucional e de fortalecimento da cultura dos direitos humanos e dos princípios e valores do Estado democrático de direito. Frisa-se que o grupo também contribuiu para sensibilizar e informar sobre a problemática da tortura e da violência institucional, no marco da Red Euro Latinoamericana para la Prevención de la Tortura y la Violencia Institucional (RELAPT) e do trabalho da Asociación Iberoamericana de Defensorías Públicas (AIDEP), com apoio do EUROsocial em relação ao diagnóstico: Diseño e implementación de un sistema (guía) de atención integral a víctimas de situaciones de violencia institucional en el sistema penitenciario, reunindo informações da situação concreta de Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, México, Panamá, Paraguai e Uruguai.

11) ATIVIDADE COMPLEMENTARES

A Profa. Dra. Márcia Bertoldi recebeu auxílio financeiro do Edital 15/2018 PAEX-CAPES (US\$ 3.300,00) para apresentar trabalho sobre sua pesquisa no IV Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo, na Universidad Loyola de Andalucía, Córdoba, Espanha.

12) AUTOAVALIAÇÃO

12.1) Pontos fortes do programa:

Considera-se importante o fato de o PPGD/UFPel ser o único do Rio Grande do Sul que tem como Área de Concentração os Direitos Sociais, com ênfase nas dimensões constitucional e da vulnerabilidade social. Os estudos que estão sendo realizados nessa área de concentração buscam cobrir lacunas de reflexão ainda existentes nas pesquisas jurídicas sobre esta matéria, bem como observar sua efetivação ou não diante a atual fragilidade.

Conjuntamente com a pesquisa qualitativa, é importante destacar que expressiva quantidade de projetos dos discentes é de natureza empírica. E, que pese a dificuldade de ser implementada no Direito, trata-se de pesquisa reconhecidamente importante para o avanço dos institutos jurídicos e para a implementação, pelas instituições do campo jurídico, destes institutos, posto que produz conhecimento além da dogmática, ou seja, se produz em dados, na materialização do direito, permite aos discentes uma melhor aproximação à complexidade dos fatos e, em consequência, pode oferecer proposições de soluções melhor adequadas à realidade. Este é um dos incentivos do PPGD/UFPel, no sentido de que as pesquisas sejam realizadas utilizando-se do método auxiliar empírico. Na Turma de 2018, cujos trabalhos serão defendidos em 2019, 13 alunos dos 19 (dezenove) realizam pesquisa empírica, tanto com procedimento documental, como com entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, incluídos os questionários.

Quanto ao aperfeiçoamento dos professores, como uma das políticas perseguidas pelo PPGD/UFPel, destacam-se os avanços obtidos, já que os professores Bruno Rotta Almeida e Marcelo Nunes Apolinário começam seus estudos de pós-doutoramento no ano de 2018, respectivamente, na Universidad de Barcelona (orientador: Prof. Dr. Iñaki Rivera Beiras) e na Universidad Autónoma de Madrid (orientador: Manuel Cancio Meliá).

12.2) Em quais pontos o programa pode melhorar:

Como pontos que precisam melhorar, deve-se ressaltar a produção docente e discente. Nesse sentido, o Programa planeja aprimorar consideravelmente a produção científica, com vistas a um equilíbrio produtivo e qualificado entre os docentes e discentes permanentes do PPGD/UFPel. Ademais, há a necessidade de incrementar os intercâmbios nacionais e internacionais em sede de solidariedade e nucleação.

Além disso, o PPGD/UFPel, em 2019, pretende ampliar suas relações acadêmicas com outras regiões do país e, também, intensificar atividades internacionais.

13) PLANEJAMENTO FUTURO

O planejamento futuro do PPGD/UFPel possui dois horizontes. O primeiro, e imediato, é a consolidação de um Programa de Mestrado, que possui 24 meses de funcionamento. Para isso, far-se-á o esforço para a manutenção da oferta das disciplinas e do cumprimento dos prazos do Regimento Interno em relação às qualificações e às defesas de dissertações.

Soma-se a isso o estímulo aos discentes e docentes em participarem de eventos nacionais e internacionais, mediante financiamento pelo Proap e recursos próprios.

O PPGD/UFPel entende importante a participação de professores externos (aulas abertas, eventos, etc), posto que contribuem significativamente para a formação docente e discente com suas pesquisas e saberes. Portanto, esta é uma meta a ser seguida.

Uma das preocupações do Programa é a necessária congregação entre a pesquisa e a extensão. Entende-se que estes segmentos da formação universitária devem ser pensados em conjunto e que a extensão é um excelente espaço para a aplicação dos estudos realizados nos projetos docentes e discentes e nas disciplinas. Nesse sentido, o PPGD/UFPel pretende implementar um projeto de extensão próprio para trabalhar as questões dos direitos fundamentais e, em especial dos sociais, na comunidade pelotense. Esse projeto já tem denominação: “O Direito de Olho no Social”

Também pretende-se dar cabo à autoavaliação. Até este ano, o de 2018, o PPGD/UFPel realizou uma autoavaliação muito insipiente. Assim, o representante discente das Turmas, em reunião com os colegas, trazia ao Colegiado os pontos positivos e negativos do Programa. No entanto, esta modalidade de autoavaliação não possui registros muito significativos. Por isso, a partir de 2019 se iniciará a implementação da autoavaliação no Programa.

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

Destacam-se os artigos submetidos a revistas científicas, no ano de 2018, que ainda não obtiveram resposta de aprovação. Os números expressos aqui equivalem aos artigos do corpo docente e o Qualis-Capes das Revistas: 12 – A1; 03 – A2; 03 - B1; e 01 – B2.

Igualmente, registra-se os já aceitos, porém não publicados: dois na Revista da Faculdade de Direito da UFMG (A1); um na Revista Estudos Jurídicos, da UNESP (B1); um na Revista Direito Ambiental e Sociedade (B1).

No ano de 2018, o PPGD/UFPel assumiu a tradicional Revista Eletrônica da Faculdade de Direito, com origens que podem ser encontradas no ano de 1956 e que, desde então, passou por diversas mudanças, assim como a própria Faculdade de Direito. A partir de 2015, a revista passou a ser publicada apenas de forma online, quando recebeu a atual denominação. Em tal data, foi criada uma nova série, com o reinício de sua numeração. O PPGD/UFPel tem por objetivo torná-la a revista do Programa, bem como digitalizar e disponibilizar ao público leitor na plataforma SEER todos os seus números antigos, desde 1956, facilitando a pesquisa de seu acervo e, ainda, registrar o periódico em indexadores internacionais.

Com essa mudança, foi implantado o sistema de avaliação cega e demais requisitos que o Ministério da Educação sugere para que a produção brasileira esteja conectada e em igual grau de isenção e abertura dos periódicos publicados em locais de excelência em outros países. A revista sai fortalecida, democratizada e aberta a produção do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil. Neste ano (2018), publicou-se nela o Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações, organizado por um docente do PPGD/UFPel e outros dois colaboradores. Mantidos os critérios utilizados na elaboração de tal dossiê, a revista

avançará no QUALIS. A revista passa a ser publicada semestralmente e seu acesso segue a diretriz *Open Access*, que permite acesso gratuito e cópia de todas as obras independente de identificação do usuário. O e-ISSN é 2448-3303. Demais informações, corpo editorial, diretrizes de avaliação e notícias sobre editais de seleção podem ser encontrados no *site* da revista.

(<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito>)